



DE CRECHE PARA ESCOLA INFANTIL: PERCURSOS, MUDANÇAS, MUITOS OLHARES...

GARCIA, Edeltrau Rosani Stachovski - 1
VANTI, Elisa dos Santos - 2

1. Autora - Faculdade de Educação- Universidade Federal de Pelotas (ersgarcia@gmail.com)
2. Orientadora – Professora Adjunta da Faculdade de Educação (elisa_vanti@hotmail.com)

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa vem sendo realizada a partir das exigências do curso de Especialização em Educação Infantil, da Universidade Federal de Pelotas, tendo como orientadora Prof.Dr. Elisa dos Santos Vanti.

De certa forma a motivação para esta pesquisa teve início no ano de 1990 quando fui contratada pela Fundação Assistencial de Pelotas (FASP) na função de atendente de creche e em janeiro de 1992 fui promovida para o cargo de administradora, que na atual Educação Infantil é o mesmo que diretora, cargo que ocupei por pouco mais de um ano. A partir dessa data só voltei a me relacionar com a Educação Infantil quando comecei cursar a **Especialização**, já que na minha graduação em Artes Visuais: Modalidade Licenciatura tive pouco contato com este assunto. A partir de muitas conversas em sala de aula, surgiu o desafio de conhecer a questão histórica desta mudança, até mesmo para melhor compreender este ambiente.

. A partir da promulgação da **lei 9394/96 (precisas citar a lei nas tuas referências)**, as creches municipais em Pelotas, precisariam passar por transformações para se adequarem às novas exigências. O que não ocorreu de imediato, fingiu-se que a lei não existia, pois se entendia que esta dava prioridade ao ensino fundamental.

Com o decreto nº 4003, de 8 de setembro de 1999, do Prefeito Municipal, foram criadas as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's). As vinte e quatro creches existentes receberam novas designações, e tiveram de seguir as normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, através da Resolução nº 246, de 2 de junho de 1999.

Atualmente a Secretaria de Educação Municipal (SME) administra as Escolas de Educação Infantil, regulamentadas pela lei 9394/96. Em 2008, no concurso público para professor de Educação Infantil, realizado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Pelotas foi exigido o curso de Magistério, atual curso Normal, ou curso superior em Pedagogia, conforme edital 003/2008.

2. METODOLOGIA

Com a presente pesquisa busco compreender e investigar o processo de mudança que levou as Creches Municipais a se transformarem em Escolas Municipais de Educação Infantil de Pelotas.

Partindo da reestruturação das Creches Municipais, instituições públicas que estavam ligadas a Fundação Movimento Assistencial de Pelotas (FMAPEL), que tiveram que passar para a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. E também verificar quais as políticas públicas atuais da Educação Infantil no Brasil.

Para a realização deste projeto está sendo utilizada uma pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa, que faz um levantamento tanto bibliográfico quanto documental, em que estão sendo analisados documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Constituição Federal de 1988, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e o periódico de maior circulação na cidade de Pelotas que é o Diário Popular, entre os anos de 1996 a 1999.

Também estão sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas com Joséti Rodrigues Manske, supervisora da Educação Infantil na época da transição e que atualmente está ocupando o mesmo cargo, e com professores que trabalhavam nas instituições infantis em 1999. Com relação a supervisora levanta-se algumas questões tais como: de que forma ela analisa o processo de mudança, avalia as decisões tomadas e como sentiu a reação dos professores e da comunidade, na época, mediante a comunicação das novas resoluções. Com relação aos professores, busca-se saber: como foram informados dessas reformas, quais as alterações na rotina de trabalho e nas metodologias. Como se sentiam antes e como se sentem após as mudanças. E finalmente se observaram se essas alterações, que se verificaram nas instituições, chegaram a provocar uma transformação nas concepções da comunidade escolar (pais, professores, funcionários) sobre o papel da Educação Infantil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As instituições dedicadas à educação e aos cuidados das crianças pequenas fora do lar têm origens européias.

Acredita-se que a primeira escola idealizada para atender as necessidades educativas das crianças com idade inferior a sete anos é desenvolvida por Jean Frederick Oberlim, por volta de 1767, Alsácia, na França.

Em 1816, Robert Owen cria a “escola infantil”, na Escócia, que teve como objetivo cuidar e educar as crianças pobres, filhos de operários dos moinhos, inspirado nas idéias de Pestalozzi e Rousseau.

Dentre essas primeiras iniciativas voltadas à pedagogia da infância, destaca-se o jardim de infância de Fröebel, não só pelo pioneirismo de suas idéias e concepções sobre a infância e sobre os procedimentos educativos adequados a ela, como também pela popularidade que alcançou, integrando-se rapidamente à cultura escolar de muitos países. Conforme Vanti(2004) foi “a criação e a difusão de jardins de infância no mundo contribuem para a constituição de uma cultura de infância baseada em princípios teológicos e filosóficos que tentavam preservar o tempo de ser criança.”

No Brasil, durante muito tempo, a educação de zero a seis anos restringiu-se aos cuidados domésticos no interior da família.

Nas últimas décadas do século XIX, no Brasil, os “Kindergardem” de Fröebel, começaram a difundir-se. Já nesta época seus princípios encontram-se presentes na legislação, passando, com o tempo, a fazer parte da cultura pedagógica brasileira.

Em 1875 é criado o primeiro Jardim-de-infância do país.

Surgem novos métodos que se basearam originalmente na proposta de Fröebel como o método de Maria Montessori na Casa dei Bambini, e ainda das irmãs Agazzi, ambos da Itália. Daí em diante o movimento de reformas no Jardim de infância continuou nas décadas de vinte e trinta, os movimentos enfatizaram o treinamento de hábitos e a educação moral; no período de trinta a quarenta, preocuparam-se com a aprendizagem sócio-emocional e nas décadas de cinquenta e sessenta a ênfase recaiu para o desenvolvimento intelectual da criança.

Filósofos como John Dewey, Decroly, Kilpatrick, Claparide, Freinet, também contribuíram com novas metodologias e abordagens para a educação das crianças.

A partir do censo de 1974, realizado pelo IBGE, sobre a população brasileira, a criança pré-escolar começa a aparecer nas estatísticas.

O censo desta época permitiu que se verificasse que 1/4 da população do país era formada por pré-escolares e que esta população apresentava necessidades nutricionais, de saúde e de educação. Para impulsionar o atendimento à criança pré-escolar brasileira foram acionados então, os Ministérios da Saúde, Previdência Social, Planejamento, Educação, etc. Foram também criados programas de assistência para nutrizes e crianças até seis anos (VANTI, 2004, p.7).

Pelotas no final do século XIX, graças as charqueadas, aliou a prosperidade econômica com o desenvolvimento cultural e educacional, e por esse motivo acompanhou as sucessivas mudanças nas concepções de infância e Educação Infantil. Segundo Vanti (1998), os charqueadores, buscavam aceitação social através da educação escolar e do refinamento cultural, voltada principalmente para os filhos/as dos prósperos empresários pelotenses, que traziam da Europa tudo o que de mais atual houvesse em termos de cultura e educação. Assim segundo Hirai (2000) acumulou ao longo do tempo instituições de atendimento à infância, entidades filantrópicas e massônicas como a Roda dos Expostos, Asylo de Orphans Nossa Senhora da Conceição, Creche Católica Casa da Criança São Francisco de Paula, Orfanato Espírita D. Conceição, entre outras.

Em 29 de maio de 1972 através do decreto 864, surgiu o Movimento Assistencial de Pelotas (MAPEL), vinculado ao gabinete da Primeira Dama do município, que tinha por objetivo prestar assistência as camadas mais carentes da cidade (HIRAI, 2000).

A partir da Lei 3.916, de 30 de dezembro de 1994, esse enfoque assistencial foi alterado para a política pública, em que o MAPEL foi designado Fundação Movimento Assistencial de Pelotas (FMAPEL) e vinculado, não mais a Primeira Dama, e sim à Prefeitura Municipal, com o objetivo de, coordenar e articular as ações municipais na esfera da Assistência Social.

A Creche Municipal Cruzeiro do Sul – atual Escola Municipal de Educação Infantil José Lins do Rego - foi a primeira creche pública municipal a ser criada em 1979. Outras foram surgindo, totalizando em 1994, sob a responsabilidade da FMAPEL, dezessete instituições.

Em Pelotas, como em outros lugares do Brasil, havia um tratamento distinto para as crianças de classe média e alta que recebiam atendimento em escolas públicas ou privadas que possuíam jardim de infância e/ou pré-escola, enquanto que as crianças pobres eram atendidas nas Creches Municipais ou assistenciais.

Enquanto os jardins-de –infância das escolas públicas e privadas a ênfase era o processo de educação, desenvolvimento de de habilidades intelectuais e sociais, nas creches filantrópicas e assistenciais como também nas municipais a prioridade era a assistência, o condicionamento de atitudes ,a criação de hábitos de higiene e alimentação.

4. CONCLUSÕES

Com a promulgação da Lei 9394/96 as creches municipais precisavam sofrer mudanças para a sua adequação às novas normas entre elas, conforme o Artigo 89,a integração ao sistema de ensino até 1999. A FMAPEL, Naquela época, contava com a Fundação Assistencial de Pelotas (FASP), empresa responsável pela contratação de funcionários. Fundação esta que teve a falência decretada, e por determinação da justiça, foi extinta em 1999. Assim os funcionários perderam o vínculo empregatício e, de um dia para o outro a responsabilidade de administrar as creches municipais foi passada à Secretaria Municipal de Educação.

O período de transição foi turbulento, desestabilizou a vida de muitas pessoas. As mães das crianças não compreendiam o que estava acontecendo e questionavam as mudanças. As crianças acostumadas com determinadas funcionárias, passaram, juntamente com suas famílias, por um processo de adaptação.

As creches municipais, com o Decreto nº. - 4003, de 8 de setembro de 1999, do Prefeito Municipal, passaram denominarem-se Escolas Municipais de Educação Infantil substituindo as creches Municipais receberam novos nomes. Era necessário seguir as normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, para a Educação Infantil, através da resolução nº246, de 2 de junho de 1999.

Percebo a partir de análises bibliográficas, as grandes mudanças que já ocorreram na educação infantil, e muitas que ainda terão que acontecer.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº9394/96** , de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Ano CXXXIV, n. 248, 23/12/1996.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. São Paulo: Traz Editorial, 1988.

HIRAI,W. G. **Gênese e Trajetória da Política Pública de Educação Infantil do Município de Pelotas-** RS. Pelotas: UCPEL, Dissertação de mestrado em desenvolvimento Social, 2000. 124p.

PELOTAS, **Lei Municipal nº 2005/72 de 11 de outubro de 1972** . Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação de Pelotas.

_____. **Decreto 4003 de 8 de setembro de 1999**. Dispõe sobre a criação das escolas municipais de Educação Infantil em substituição as Creches Municipais.

VANTI, E. S. **Lições da Infância**: reflexões sobre a história da Educação Infantil – Ed: Pelotas ,2004

_____. **O Fio da Infância na Trama da História**; um estudo sobre significações de infância e de Educação Infantil em Pelotas 1875- 1900). 1998-Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.